



CEJAM

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
"DR. JOÃO AMORIM"

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2023

Consolidação
Matriz (Mantenedora)
Organização Social – São Paulo
Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim
Instituto de Resp. Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Organização Social – Mogi das Cruzes
Organização Social – Rio de Janeiro
Centro de Diagnósticos por Imagem
Organização Social – Carapicuíba
Gestão Saúde – Campinas
Gestão Saúde – Osasco Hemodinâmica
Organização Social – Hospital Municipal de Cajamar
Organização Social – AME Olavo Silva Souza
Gestão Saúde – Hospital Padre Bento de Guarulhos
Organização Social – Hospital Estadual de Francisco Morato
Gestão Saúde – Hospital Guilherme Álvaro de Santos
Organização Social – Hospital Estadual de Franco da Rocha
Organização Social – Hospital Geral de Carapicuíba
Organização Social – Maternidade Municipal de Peruíbe
Organização Social – AME Carapicuíba
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Santos
Gestão Saúde – Hosp. Dr. Osiris Florindo Coelho de Ferraz de Vasconcelos
Gestão Saúde – Complexo Hospitalar do Mandaqui
Organização Social – Hospital Geral de Itapevi
Gestão Saúde – Hospital Leonor Mendes de Barros
Organização Social – Santa Casa de São Roque
Apoio à Gestão de Contratos e Convênios
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Pariquera-Açu

ÍNDICE

	Página(s)
Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 22

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2023	ATIVIDADES DE SAÚDE			2022	
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE		
ATIVO									
ATIVO CIRCULANTE									
Caixa e Equivalente de Caixa	(4)	150.270.160,60	1.150.128,65	65.387.167,03	216.807.456,28	166.025.875,37	1.526.586,62	42.019.128,14	209.571.590,13
Adiantamentos a Fornecedores		819.010,99	-	299.228,65	1.118.239,64	1.375.009,82	1.900,00	42.865,39	1.419.775,21
Adiantamentos a Empregados	(5)	10.142.384,25	37.520,64	59.578,62	10.239.483,51	9.403.880,07	36.683,67	-	9.440.563,74
Adiantamentos para Despesas		9.631,50	4.396,41	-	14.027,91	21.967,90	4.871,83	-	26.839,73
Impostos Recuperáveis		114.218,49	-	10.667,67	124.886,16	83.026,51	-	110.071,65	193.098,16
Créditos com Contr. de Gestão e Convênios	(6)	222.457.039,92	-	-	222.457.039,92	169.959.202,78	-	-	169.959.202,78
Outros Créditos	(7)	1.032.616,49	269.383,86	1.394.140,97	2.696.141,32	913.005,49	493.465,46	8.503.119,02	9.909.589,97
Estoques	(8)	21.564.220,41	-	22.502,05	21.586.722,46	22.715.016,67	31.815,86	-	22.746.832,53
Reservas para Contingências	(9)	32.263.067,04	-	-	32.263.067,04	28.091.729,09	-	-	28.091.729,09
Despesas Antecipadas		724.938,25	595,38	30.117,67	755.651,30	808.216,86	4.317,53	24.934,86	837.469,25
		439.397.287,94	1.462.024,94	67.203.402,66	508.062.715,54	399.396.930,56	2.099.640,97	50.700.119,06	452.196.690,59
ATIVO NÃO-CIRCULANTE									
Realizável a Longo Prazo	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	(10)	65.693.925,90	4.029.637,70	1.704.742,20	71.428.305,80	64.729.347,58	4.270.883,69	1.673.870,53	70.674.101,80
Intangível	(11)	729.820,22	65.225,61	20.871,02	815.916,85	984.817,36	81.183,33	18.854,09	1.084.854,78
		66.423.746,12	4.094.863,31	1.725.613,22	72.244.222,65	65.714.164,94	4.352.067,02	1.692.724,62	71.758.956,58
TOTAL DO ATIVO		505.821.034,06	5.556.888,25	68.929.015,88	580.306.938,19	465.111.095,50	6.451.707,99	52.392.843,68	523.955.647,17
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
PASSIVO CIRCULANTE									
Fornecedores		61.724.568,72	115.768,52	1.098.625,31	62.938.962,55	63.423.875,99	293.562,87	192.658,01	63.910.096,87
Obrigações Trabalhistas	(12)	78.908.405,22	149.428,00	490.031,28	79.547.864,50	71.352.472,10	114.709,47	129.889,68	71.597.071,25
Obrigações Sociais e Fiscais		58.815.304,51	186.755,20	941.847,55	59.943.907,26	51.644.458,32	115.302,68	220.187,86	51.979.948,86
Empréstimos Bancários	(13)	4.253.749,22	-	571.000,00	4.824.749,22	2.123.500,01	-	-	2.123.500,01
Contas a Pagar	(14)	28.363.008,19	765.477,65	314.670,29	29.443.156,13	24.950.762,69	803.111,58	52.981,50	25.806.855,77
Provisões para Férias e Encargos		128.758.050,68	354.659,25	1.282.512,13	130.395.222,06	124.325.103,45	171.273,76	362.501,14	124.858.878,35
Provisões para Contingências	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-
		360.823.086,54	1.572.088,62	4.698.686,56	367.093.861,72	337.820.172,56	1.497.960,36	958.218,19	340.276.351,11
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE									
Empréstimos e Financiamentos		123.500,01	-	-	123.500,01	185.250,01	-	-	185.250,01
Provisões para Contingências	(15)	8.933.605,89	-	627.593,55	9.561.199,44	13.363.404,87	-	284.115,90	13.647.520,77
Contas a Pagar	(14)	59.325,98	-	-	59.325,98	1.553.927,77	-	-	1.553.927,77
Recursos Governamentais a Realizar		3.978.972,94	-	-	3.978.972,94	5.283.848,13	-	-	5.283.848,13
Bens Públicos em nosso poder	(16)	66.286.835,71	-	101.962,73	66.388.798,44	65.696.283,43	-	-	65.696.283,43
		79.382.240,53	-	729.556,28	80.111.796,81	85.897.464,20	-	284.115,90	86.366.830,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Patrimônio Social		41.194.829,31	4.953.747,63	51.163.856,15	97.312.433,09	41.740.300,62	5.288.150,28	29.586.145,92	76.614.596,82
Superávit / (Déficit) do Exercício	(34)	18.129.763,73	(1.864.004,90)	6.732.851,89	22.998.610,72	(2.230.052,86)	(334.402,65)	23.262.324,64	20.697.869,13
Dotação Final		12.790.235,85	-	-	12.790.235,85	-	-	-	-
Transferências Patrimoniais		(6.499.121,90)	895.056,90	5.604.065,00	-	1.697.960,97	-	(1.697.960,97)	-
		65.615.706,99	3.984.799,63	63.500.773,04	133.101.279,66	41.208.208,73	4.953.747,63	51.150.509,59	97.312.465,95
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		505.821.034,06	5.556.888,25	68.929.015,88	580.306.938,19	464.925.845,49	6.451.707,99	52.392.843,68	523.955.647,17

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO PERÍODO FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2023	ATIVIDADES DE SAÚDE			2022
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	
RECEITAS LÍQUIDAS (17)	2.418.914.923,32	7.764.639,69	27.745.120,76	2.454.424.683,77	2.170.676.543,67	5.169.925,25	24.792.468,23	2.200.638.937,15
Contratos de Gestão e Convênios (18)	2.449.747.347,27	-	-	2.449.747.347,27	2.185.877.099,09	-	-	2.185.877.099,09
Serviços Próprios de Saúde (32)	-	219.642,22	-	219.642,22	-	941.567,75	-	941.567,75
Promoção Assistencial em Saúde (27)	-	7.544.997,47	-	7.544.997,47	-	4.228.357,50	-	4.228.357,50
Recursos para Custeio Operacional (28)	-	-	27.847.083,49	27.847.083,49	-	-	24.792.468,23	24.792.468,23
Realização de Bens Públicos em nosso poder	8.321.012,98	-	6.278,13	8.327.291,11	13.902.291,66	-	-	13.902.291,66
(-) Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado (-) Readequação Financeira (-) Devolução de Recursos Públicos (-) Glosas sobre Contratos e Convênios	(11.588.149,74)	-	(108.240,86)	(11.696.390,60)	(15.230.416,45)	-	-	(15.230.416,45)
	-	-	-	-	-	-	-	-
	(1.211.096,50)	-	-	(1.211.096,50)	(6.800.013,81)	-	-	(6.800.013,81)
	(26.354.190,69)	-	-	(26.354.190,69)	(7.072.416,82)	-	-	(7.072.416,82)
CUSTOS	(2.340.317.926,63)	(13.046.626,51)	(25.170.109,88)	(2.378.534.663,02)	(2.092.843.705,17)	(8.256.770,73)	(19.606.655,49)	(2.120.707.131,39)
Despesas com Pessoal (21)	(1.634.541.384,98)	(4.530.634,96)	(14.585.445,57)	(1.653.657.465,51)	(1.444.928.220,33)	(2.452.800,70)	(12.634.964,34)	(1.460.015.985,37)
Serviços Terceirizados (22)	(535.821.026,17)	(485.251,91)	(9.721.469,66)	(546.027.747,74)	(485.480.121,95)	(1.065.452,44)	(6.488.941,65)	(493.034.516,04)
Medicamentos e Materiais de Consumo (23)	(169.955.515,48)	(485.742,17)	(863.194,65)	(171.304.452,30)	(162.435.362,89)	(510.160,09)	(482.749,50)	(163.428.272,48)
Assistência Gratuita Prestada em Saúde (27)	-	(7.544.997,47)	-	(7.544.997,47)	-	(4.228.357,50)	-	(4.228.357,50)
Custo da Imunidade Usufruída (31)	(383.369.077,46)	(871.381,27)	(2.928.281,25)	(387.168.739,98)	(340.111.802,98)	(503.126,73)	(2.322.999,34)	(342.937.929,05)
(-) Imunidade Usufruída (31)	383.369.077,46	871.381,27	2.928.281,25	387.168.739,98	340.111.802,98	503.126,73	2.322.999,34	342.937.929,05
(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO	78.596.996,69	(5.281.986,82)	2.575.010,88	75.890.020,75	77.832.838,50	(3.086.845,48)	5.185.812,74	79.931.805,76
DESPESAS	(104.106.377,32)	(1.294.782,31)	(6.913.188,70)	(112.314.348,33)	(114.944.380,68)	(919.298,48)	(4.650.773,11)	(120.514.452,27)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.290.889,14)	(1.994,56)	(195.130,36)	(1.488.014,06)	(1.629.218,08)	(3.173,75)	(172.844,87)	(1.805.236,70)
Despesas Gerais (24)	(95.724.464,50)	(1.292.787,75)	(6.292.425,94)	(103.309.678,19)	(105.910.458,55)	(916.124,73)	(4.477.928,24)	(111.304.511,52)
Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para Contingências	(7.091.023,68)	-	(425.632,40)	(7.516.656,08)	(7.404.704,05)	-	-	(7.404.704,05)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS	18.452.705,47	4.706.007,77	4.820.703,49	27.979.416,73	20.478.695,50	3.672.828,42	17.954.882,65	42.106.406,57
Despesas com Doações e Auxílios	-	(47.150,00)	(2.361,24)	(49.511,24)	-	(34.019,04)	(15.179,60)	(49.198,64)
Receitas com Doações e Subvenções	6.393.424,41	126.416,46	9.195,99	6.529.036,86	7.682.007,59	105.577,10	-	7.787.584,69
Outras Receitas (19)	12.059.281,06	4.626.741,31	4.813.868,74	21.499.891,11	12.796.687,91	3.601.270,36	17.970.062,25	34.368.020,52
TRABALHO VOLUNTÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas do Trabalho Voluntário (2.e/25)	1.009.220,54	394.040,34	90.518,11	1.493.778,99	-	146.592,27	78.308,07	224.900,34
(-) Custos com Serviço Voluntário (2.e/25)	(1.009.220,54)	(394.040,34)	(90.518,11)	(1.493.778,99)	-	(146.592,27)	(78.308,07)	(224.900,34)
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS	(7.056.675,16)	(1.870.761,36)	482.525,67	(8.444.910,85)	(16.632.846,68)	(333.315,54)	18.489.922,28	1.523.760,06
RESULTADO FINANCEIRO (20)	25.186.438,89	6.756,46	6.250.326,22	31.443.521,57	15.626.164,79	(1.087,11)	3.549.031,39	19.174.109,07
Receitas Financeiras	25.942.438,97	16.772,04	6.414.960,61	32.374.171,62	17.039.521,89	18.553,22	3.622.331,95	20.680.407,06
Despesas Financeiras	(756.000,08)	(10.015,58)	(164.634,39)	(930.650,05)	(1.413.357,10)	(19.640,33)	(73.300,56)	(1.506.297,99)
(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO (34)	18.129.763,73	(1.864.004,90)	6.732.851,89	22.998.610,72	(1.006.681,89)	(334.402,65)	22.038.953,67	20.697.869,13

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit	Dotação Inicial/Final	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	95.446.333,00	(6.169.320,50)	(12.662.415,68)	76.614.596,82
Incorporação do Superávit	(6.169.320,50)	6.169.320,50	-	-
Dotação Inicial	(12.662.415,68)	-	12.662.415,68	-
Déficit do Exercício	-	20.697.869,13	-	20.697.869,13
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.614.596,82	20.697.869,13	-	97.312.465,95
Incorporação do Déficit	20.697.869,13	(20.697.869,13)	-	-
Dotação Final	-	-	12.790.235,85	12.790.235,85
Superávit do Exercício	-	22.998.610,71	-	22.998.610,71
Saldo em 31 de dezembro de 2022	97.312.433,09	22.998.610,71	12.790.235,85	133.101.279,66

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(em Reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit / Superávit do Exercício	22.998.610,72	20.697.869,13
Depreciação	721.803,55	714.454,01
Dotação Final	12.790.235,85	-
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	301.535,57	(971.229,45)
Adiantamentos a Empregados	(798.919,77)	(1.948.785,11)
Adiantamentos para Despesas	12.811,82	(6.740,26)
Impostos Recuperáveis	68.212,00	662.202,06
Créditos com Convênios	(52.497.837,14)	12.187.174,97
Outros Créditos	3.042.110,70	(9.730.361,57)
Estoques	1.160.110,07	(5.044.402,68)
Despesas Antecipadas	81.817,95	(250.773,72)
Realizável a Longo Prazo	-	-
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(971.134,32)	7.567.351,60
Obrigações Trabalhistas	7.950.793,25	7.311.004,31
Obrigações Sociais e Fiscais	7.963.958,40	16.290.832,79
Provisões para Férias e Encargos	5.536.343,71	11.072.359,31
Provisão para Contingências	(4.086.321,33)	3.391.340,99
Recursos Governamentais a Realizar	(833.385,65)	2.361.535,10
Outras Obrigações	1.772.966,44	4.118.324,90
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	5.213.711,82	68.422.156,38
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(13.532.950,28)	(16.106.001,73)
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	9.110,14	11.492,88
Aquisição de Imob/Intang. Próprio	(668.919,35)	(1.032.103,29)
Baixa de Imob/Intang. Próprio	50.833,40	34.303,62
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento	(14.141.926,09)	(17.092.308,52)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	13.524.581,21	16.094.508,85
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	2.639.499,21	2.006.020,45
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	-
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento	16.164.080,42	18.100.529,30
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	7.235.866,15	69.430.377,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	209.571.590,13	140.141.212,97
Disponibilidades no Final do Exercício	216.807.456,28	209.571.590,13
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	7.235.866,15	69.430.377,16

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma Entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein – SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch.

A Entidade, para fazer frente aos déficits e patrimônio líquido negativo de determinados projetos, vem buscando a manutenção e repactuação das parcerias municipais, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.e) Trabalho voluntário:

Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a Entidade efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se substancialmente ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores (respectivamente despesa e receita no mesmo montante).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023 e 2022.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público,

que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2023 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2022. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Construções: 25 anos;
 - Instalações: 10 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos;
 - Veículos: 5 anos;
 - Biblioteca: 10 anos;
 - Benfeitorias: 25 anos.

3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da

gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

BENS NUMERÁRIOS	2023	2022
Caixa	200,00	-
Fundo Fixo	15.153,10	11.776,80
	15.353,10	11.776,80
BANCOS – CONTA MOVIMENTO	2023	2022
Banco do Brasil S.A.	170.494,82	1.404.881,73
Banco Santander (Brasil) S.A.	15.992.178,69	50.529,12
Banco Bradesco S.A.	14,32	1.332.354,57
Banco Itaú S.A.	-	426,78
	16.162.687,83	2.788.192,20
BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2023	2022
Banco do Brasil S.A.	60.455.890,95	51.836.615,97
Banco Santander (Brasil) S.A.	118.410.520,24	136.261.617,94
Banco Bradesco S.A.	21.763.004,16	18.673.387,22
	200.629.415,35	206.771.621,13

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	2023	2022
Adiantamentos de Férias	9.133.598,48	8.594.115,57
Outros Adiantamentos	1.105.885,03	846.448,17
	10.239.483,51	9.440.563,74

6. CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS	2023	2022
PMSP - Contr. 003/2007 (PROREHOSP)	58.909.474,46	18.022.987,03
PMSP Contr. 006/2015 (Jardim Ângela/Capão Redondo)	99.631.078,84	97.882.342,25
PMSP Contr. 002/2011 (Parto Seguro)	21.960.884,07	21.960.884,07
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contr. 067/2018 (UNICA)	1.683.751,59	1.284.750,61
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contr. 046/2020 (ESF)	4.189.494,73	2.971.653,37
Pref. Mun. do Rio de Janeiro - Contr. de Gestão 037/2015	24.750.955,52	24.750.955,52
Pref. Mun. do Rio de Janeiro - Contr. de Gestão 010/2021	2.849.872,67	1.729.426,69
Pref. Mun. do Rio de Janeiro - Contr. de Gestão 001/2022	18.997.167,05	13.207.099,41
Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 11/2019 - Otorrinolaringologia	-	166.854,31
Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 25/2019 - Enfermagem	-	6.878.256,55
Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 69/2019 - Saúde Mental	404.321,49	431.443,65
Gestão Saúde Campinas - Contr. nº 221/2022 - Enfermagem	6.627.993,07	-
Pref. Mun. de Carapicuíba - PS Vila Dirce - Contr. 96/2019	1.717.426,08	265,10
Maternidade Municipal de Peruíbe	4.833.582,31	2.417.702,32
Gestão Saúde - Conv. 00094/2021 - Ferraz de Vasconcelos	-	1.095.366,04
Gestão Saúde - Conv. 00046/2021 - Santos	59.206,12	36.272,68
Gestão Saúde - Conv. 00125/2021 - Santos	431.834,99	1.435.339,59
Gestão Saúde - Conv. 01483/2020 - Santos	390.087,42	339.345,92
Gestão Saúde - Conv. 00037/2022 - Santos	68.799,27	3.970,73
Gestão Saúde - Conv. 00035/2021 - Osasco	-	358.318,87
Gestão Saúde - Conv. 00060/2021 - Osasco	641,35	-
Gestão Saúde - Conv. 00108/2021 - Guarulhos	383.860,05	764.198,17
Gestão Saúde - Conv. 00023/2022 - Mat. Leonor M. de Barros	350.526,79	326.875,50
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.783.917,95)	(26.105.105,60)
	222.457.039,92	169.959.202,78

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura Municipal de São Paulo, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber.

7. OUTROS CRÉDITOS

OUTROS CRÉDITOS (CIRCULANTE)	2023	2022
Aluguéis a Receber	80.703,29	39.083,90
Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes	-	160.992,96
Valores a Regularizar	654.829,54	644.785,16
Banco Santander	-	7.769.100,00
Hospital Geral de Carapicuíba - Estacionamento	-	74.760,96
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	430.761,41	197.578,49
Condomínio	3.000,00	3.000,00
Instituto de Responsabilidade Social	372.465,00	23.465,00
Cejam Mantenedora	-	20.500,00
Centro de Diagnóstico por Imagem	383.950,00	497.056,90
Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde	194.588,57	279.266,60
CG 004/2008 Hospital M Boi Mirim	-	200.000,00
Maternidade Municipal de Peruíbe	451.000,00	-
Hospital Geral de Carapicuíba	120.000,00	-
Hospital Geral de Itapevi	2.693,51	-
	2.696.141,32	9.909.589,97

8. ESTOQUES

ESTOQUES	2023	2022
Dietas Parenterais	3.224,05	4.657,60
Nutrição Enteral	186.074,81	921.159,09
Material de Laboratório / Regantes	14.331,28	33.339,42
Medicamentos	5.171.566,25	7.176.856,44
Material Médico / Hospitalar	7.714.510,92	7.528.704,09
OPME	163.064,49	93.231,69
Material de Expediente / Escritório	884.313,57	843.946,92
Material de Manutenção	1.490.625,77	776.558,05
Material de Informática	99.039,33	79.737,91
Material de Limpeza	647.014,94	607.453,46
Instrumental Cirúrgico	-	30.682,74
Material de EPI	225.474,35	202.216,80
Material Cirúrgico	62.950,00	72.658,72
Material de Higiene	94.331,05	59.464,81
Gêneros Alimentícios	683.233,41	728.429,17
Utensílios de Copa	160.925,94	110.116,36
Material Impresso	20.466,94	16.795,79
Peças e Acessórios	240.433,21	306.088,68
Uniformes e Rouparia	1.078.203,93	61.708,25
Material Permanente	408.169,26	1.392.861,22
Gases Hospitalares	9.989,06	287.071,04
Utensílios Diversos	49.218,37	112.080,84
Tecidos, Aviamentos e Armarinhos	3.357,80	862,57
Empréstimos MAT/MED a Receber	2.176.203,73	1.300.150,87
	21.586.722,46	22.746.832,53

9. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Prudentemente, a Entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS	2023	2022
Banco Santander (Brasil) S.A.	32.263.067,04	28.091.729,09
	32.263.067,04	28.091.729,09

10. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Depr.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual 2023	Residual 2022
Terrenos	-	375.000,00	-	375.000,00	375.000,00
Construções	4%	5.630.000,00	(3.059.944,37)	2.570.055,63	2.795.255,67
Instalações	10%	605.818,51	(269.863,22)	335.955,29	290.401,31
Máquinas e Equipamentos	10%	826.680,67	(453.592,15)	373.088,52	214.341,54
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.323.091,87	(2.190.253,54)	132.838,33	119.973,80
Equipamentos de Informática	20%	1.009.394,02	(845.994,04)	163.399,98	117.931,44
Móveis e Utensílios	10%	1.987.668,23	(1.156.566,86)	831.101,37	686.537,84
Veículos	20%	703.784,35	(308.956,50)	394.827,85	623.275,79
Benfeitorias	4%	1.098.641,65	(404.874,61)	693.767,04	737.714,28
Bens de Gestão Pública					
Organização Social São Paulo		26.225.645,37	(15.282.075,59)	10.943.569,78	10.955.370,15
Hosp. Mun. M'Boi Mirim		67.561.705,70	(31.455.210,46)	36.106.495,24	37.787.016,06
Mogi das Cruzes (SP)		396.423,93	(184.262,68)	212.161,25	222.344,14
Rio de Janeiro (RJ)		9.585.130,01	(8.644.821,01)	940.309,00	693.441,50
Carapicuíba (SP)		638.321,66	(104.634,85)	533.686,81	548.723,35
Osasco (SP)		24.400,00	(1.544,81)	22.855,19	441,00
Itú (SP)		1.033.660,01	(976.586,44)	57.073,57	54.064,06
Santos (SP)		11.792,99	(2.404,00)	9.388,99	10.567,99
Francisco Morato (SP)		1.533.218,23	(526.431,67)	1.006.786,56	1.180.451,52
Franco da Rocha (SP)		8.002.240,25	(702.075,84)	7.300.164,41	4.872.181,21
Hosp. Geral Carapicuíba (SP)		-	-	-	3.927.937,69
Peruíbe (SP)		491.847,08	(111.913,82)	379.933,26	419.294,58
AME Carapicuíba (SP)		213.452,46	(46.288,41)	167.164,05	96.793,46
Lucy Montoro (Santos)		1.055.443,57	(73.629,79)	981.813,78	353.560,55
Ferraz de Vasconcelos (SP)		565,40	(164,85)	400,55	457,07
Parto Seguro (SP)		685.698,59	(376.340,55)	309.358,04	333.804,10
PROEHOSP (SP)		156.476,08	(110.309,80)	46.166,28	53.446,96
Mogi das Cruzes (SP)		272.201,43	(191.054,28)	81.147,15	67.294,41
Hosp. Geral de Itapevi (SP)		1.889.841,46	(168.731,44)	1.721.110,02	638.867,97
São Roque (SP)		1.619.863,07	(74.401,94)	1.545.461,13	1.078.527,00
Mariska (RJ)		7.881.518,84	(4.693.292,11)	3.188.226,73	1.419.085,36
Lucy Montoro Pariquera AÇu		5.000,00	-	5.000,00	-
		143.844.525,43	(72.416.219,63)	71.428.305,80	70.674.101,80

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.

11. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Amort	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Residual 2023	Residual 2022
Direitos de Uso de Sistemas	20%	533.500,40	(458.187,48)	75.312,92	91.269,47
Marcas e Patentes		10.972,01	-	10.972,01	10.972,01
Direitos de Gestão Pública					
Organização Social São Paulo		382.077,73	-360.508,92	21.568,81	40.693,15
Hosp. Mun. M'Boi Mirim		3.082.266,06	-2.453.003,94	629.262,12	847.259,71
Mogi das Cruzes (SP)		7.980,00	-5.414,50	2.565,50	4.161,50
Osasco (SP)		1.260,00	-714,00	546,00	798,00
Rio de Janeiro (RJ)		758.658,34	-749.710,15	8.948,19	18.387,75
Itú (SP)		92.413,37	-91.693,37	720,00	1.800,00
Santos (SP)		3.180,00	-2.331,00	849,00	1.485,00
Francisco Morato (SP)		29.952,67	-14.477,09	15.475,58	21.466,10
Franco da Rocha (SP)		49.058,89	-13.734,81	35.324,08	33.091,03
Hosp. Geral Carapicuíba (SP)		0	0	0	6.508,08
Peruíbe (SP)		3.079,28	-1.847,52	1.231,76	1.847,60
AME Carapicuíba (SP)		2.339,28	-871,65	1.467,63	813,51
Ferraz de Vasconcelos (SP)		1.319,28	-769,65	549,63	813,51
Parto Seguro (SP)		8.708,00	-7.680,72	1.027,28	2.768,84
PROEHOSP (SP)		1.256,91	-879,90	377,01	628,41
Mogi das Cruzes (SP)		3.133,94	-3.100,31	33,63	91,11
Hosp. Geral de Itapevi (SP)		10.057,50	-1.439,80	8.617,70	-
Apoio à Gestão de Convênios e Contratos		1.068,00	0	1.068,00	-
		4.982.281,66	(4.166.364,81)	815.916,85	1.084.854,78

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2023	2022
Salários a Pagar	76.874.389,64	71.089.171,10
Rescisões a Pagar	2.481.083,82	296.003,98
Pensões Alimentícias a Pagar	192.259,80	162.513,55
Acordos Trabalhistas a Pagar	131,24	49.382,62
	79.547.864,50	71.597.071,25

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE)	2023	2022
Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	4.824.749,22	2.000.000,00
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A.	-	141.456,89
(-) Juros a Apropriar – Daycoval Leasing	-	(17.956,88)
	4.824.749,22	2.123.500,01

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente, além do CDI, de a 0,59% a.m. para o Bradesco e 0,55% a.m. para o Santander.

14. CONTAS A PAGAR

CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE)	2023	2022
Eletropaulo – Hospital Mun. M’Boi Mirim	202.871,10	313.601,45
Light – OS Rio de Janeiro	14.411.114,47	13.860.171,54
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos	1.809.758,76	1.816.904,22
Sabesp – Hospital Mun. M’Boi Mirim	356.132,54	327.189,61
Telemar Norte Leste S.A.	-	122,59
Tim Celular	10.211,46	3.376,56
Nextel Telecomunicações	506,25	317,74
PMSP (devolução repasse encerr. convênio)	1.227.330,72	1.227.330,72
Águas do Rio 4 SPE	120.633,01	130.740,88
Aluguéis a Pagar	346.544,08	284.341,37
Empréstimo Consignado	3.650.119,26	2.505.403,73
Plano de Saúde	687.891,20	19.011,90
Plano Odontológico	163.368,70	21.475,18
Plano de Previdência Privada	14.369,12	109.155,79
Outras Contas a Pagar	-	75.692,74
Elektro Eletricidade e Serviços S. A.	138.111,42	186.914,92
Empréstimo de Materiais Médico	1.663.834,91	1.484.471,50
Telefônica Brasil S.A.	6.831,03	6.632,29
Contas a Pagar – IRS Cebas	194.588,57	-
Contribuições Voluntárias	740,00	905,00
Intercompany a Pagar	1.330.108,51	741.021,90
Outros Valores a Regularizar	151.027,42	361.191,40
Recebimentos Antecipados	307.129,76	1.627.662,60
13º Salário a Pagar	-	703.220,14
Adiantamento PMSP - HMBM	2.649.933,84	-
	29.443.156,13	25.806.855,77
CONTAS A PAGAR (NÃO CIRCULANTE)	2023	2022
Obrigações Trabalhistas	59.325,98	1.553.927,77
	59.325,98	1.553.927,77

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NÃO CIRCULANTE)	2023	2022
Provisões para Contingências Tributárias	-	85.796,86
Provisões para Contingências Trabalhistas	5.361.051,35	7.937.849,09
Provisões para Contingências Cíveis	4.200.148,09	5.623.874,82
	9.561.199,44	13.647.520,77

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, figura em outros processos avaliados com perda possível no montante de R\$ 107.583.278,03, sem provisão constituída.

16. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 66.388.798,44 em 2023 e R\$ 65.696.283,43 em 2022, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde e do Governo do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos aos Municípios e ao Estado quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

17. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

18. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS	2023	2022
PMSP – Contr. de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	202.510.452,56	156.030.212,96
PMSP - Contr. 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	658.872.211,74	564.072.769,30
PMSP – Conv. 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	270.708.606,01	234.060.038,64
PMSP – Contr. de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim)	323.065.212,49	296.970.940,00
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 067/2018 (UNICA)	10.515.685,82	10.891.451,22
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 030/2017	0	6.959.514,84
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contr. de Gestão 046/2020	38.854.104,80	45.607.981,87
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 010/2021	91.121.042,64	81.469.655,37
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contr. de Gestão 01/2022	96.572.358,58	79.981.474,80
Pref. Mun. De Carapicuíba – Contr. de Gestão 96/2019	22.835.009,30	19.928.953,88
Contr. nº 11/2019 - Otorrinolaringologia	1.954.227,58	2.028.500,83
Contr. nº 25/2019 - Enfermagem	849.910,12	51.933.043,32
Contr. nº 69/2019 – Saúde Mental	5.420.390,99	5.019.319,14
Contr. nº 173/2021 – Cirurgia Geral	3.988.674,26	3.964.130,71
Contr. nº 18/2022 – Ceasa	729.790,54	297.840,06
Contr. nº 221/2022	74.806.924,61	-
Pref. Mun. De Cajamar – Contr. de Gestão 48/2020	0	12.886.823,81
Pref. Mun. De Peruíbe – Contr. de Gestão da Maternidade	12.742.172,70	14.678.249,96
Pref. Mun. De São Roque – Contr. de Gestão 01/2022	7.222.170,54	38.915.475,69
Conv. 001/2022 – Pró Santa Casa II – São Roque	1.458.000,00	972.000,00
Pref. Mun. De São Roque – Contr. de Gestão 01/2023	45.383.261,02	-
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão AME Itú	10.687.440,00	10.276.380,00
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01475/2020 – UTI Adulto Osasco	0	3.834.055,20
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 35/2021 – Hemodinâmica Osasco	5.012.795,64	4.817.853,55
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 60/2021 – Hemodinâmica	10.854.379,80	-
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. de Franc. Morato	76.618.821,43	71.647.620,00
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 1483/2020 – Santos	3.034.350,60	3.034.350,60
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 46/2021 – Santos	5.251.934,40	5.009.515,00
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 60/2021 – Santos	0	10.854.379,80
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 125/2021 – Santos	14.735.392,54	16.074.973,68
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 37/2022 – Santos	2.971.050,96	2.475.875,80
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 108/2021 – Guarulhos	4.183.719,32	4.564.057,44
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 23/2022 – Mat. Leonor M. Barros	3.922.506,00	3.595.630,50
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 01097/2023 – AME Mulher	1.334.173,70	-
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. de Franco da Rocha	143.208.612,00	120.740.678,26
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão AME Carapicuíba	16.505.441,82	16.574.565,00
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Rede Lucy Montoro Santos	6.542.895,00	6.060.000,00
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Rede Lucy Montoro Pariquera	703.888,64	-
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 94/2021 – Ferraz de Vasconcelos	10.640.828,33	13.936.605,61
Gov. do Est. de São Paulo – Conv. 98/2022 – Ferraz de Vasconcelos	8.009.879,64	5.339.919,76
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. Geral de Carapicuíba	122.778.235,00	137.657.630,62
Gov. do Est. de São Paulo – Contr. de Gestão Hosp. Geral de Itapevi	133.140.796,15	122.714.631,87
	2.449.747.347,27	2.185.877.099,09

19. OUTRAS RECEITAS

	2023	2022
Recuperação de Despesas com Pessoal	7.153.576,74	7.884.067,24
Recuperação de Despesas com Terceiros	501.217,75	43.467,65
Recuperação de Despesas com Materiais	717.262,39	1.278.644,54
Recuperação de Despesas Gerais	1.405.012,42	1.825.574,54
Aluguéis	1.389.225,68	1.340.122,60
Arrendamento do Estacionamento	563.755,75	537.444,88
Parcerias Operacionais	1.336.231,81	14.420.860,00
Eventos e Campanhas	64.359,47	5.571,71
Extraordinárias	745.975,27	1.663.742,40
Venda de Sucatas e Recicláveis	38.087,16	37.390,58
Receita com Refeições	59.272,00	64.720,25
Condomínio	36.000,00	36.000,00
Reversão de Contingências	6.591.581,27	381.646,59
Ganho na Venda de Bem Imobilizado	898.333,40	190.752,36
Subvenções	-	4.658.015,18
	21.499.891,11	34.368.020,52

20. RESULTADO FINANCEIRO

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	31.596.027,76	20.209.357,80
Descontos Obtidos	774.681,45	463.233,75
Juros e Atualizações Monetárias	3.462,41	7.815,51
(-) Tarifas Bancárias	(363.168,53)	(290.464,58)
(-) Juros Bancários	(163.939,62)	(186.569,09)
(-) Juros a Fornecedores	(376.060,70)	(216.988,91)
(-) Juros sobre Financiamento	-	(56.360,90)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(13.747,86)	(64.389,07)
(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras	(30,23)	(191.696,34)
(-) Taxa Máquina de Cartões	(2.174,78)	(8.538,05)
(-) IOF	(10.594,88)	(490.027,67)
(-) Desconto Concedido	(933,45)	(1.263,38)
	31.443.521,57	19.174.109,07

21. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

RECURSOS HUMANOS	2023	2022
Remunerações	1.411.954.701,33	1.258.418.543,67
Benefícios	118.699.162,08	93.220.868,57
Encargos Sociais	123.003.602,10	108.376.573,13
	1.653.657.465,51	1.460.015.985,37

22. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

SERVIÇOS DE TERCEIROS	2023	2022
Serviços Assistenciais por Pessoas Jurídicas	411.711.318,10	363.642.849,25
Serviços Diversos por Pessoas Jurídicas	127.083.849,32	119.093.835,33
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	7.232.580,32	10.297.831,46
	546.027.747,74	493.034.516,04

23. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO

MEDICAMENTOS E MATERIAIS	2023	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	114.485.201,11	109.646.771,90
Materiais de Consumo	38.461.859,43	35.977.506,16
Materiais de Conservação	10.726.436,05	6.929.544,51
Outros Materiais	7.630.955,71	10.874.449,91
	171.304.452,30	163.428.272,48

24. DESPESAS GERAIS

DESPESAS GERAIS	2023	2022
Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)	26.486.325,44	28.113.183,22
Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)	32.593.840,02	28.862.957,79
Administrativas	28.618.050,75	25.518.288,83
Reformas e Benfeitorias	76.700,00	21.152,65
Bens Não Imobilizados	1.091.880,67	1.396.921,10
Depreciações e Amortizações	9.041.736,08	14.633.344,66
Outras Despesas Gerais	5.401.145,24	12.758.663,27
	103.309.678,20	111.304.511,52

25. TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1)

A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias num total de 480 horas valoradas ao montante de R\$ 90.518,11, bem como demais trabalhos prestados voluntariamente por terceiros, reconhecidos no montante de R\$ 1.403.260,88, perfazendo o total de R\$ 1.493.778,99.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

27. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS GRATUITAMENTE

A Entidade, mantém com recursos próprios atendimento ambulatorial por meio de uma equipe multidisciplinar, com o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em parceria com a Secretaria de Saúde do município de São Paulo, atuando na anticoncepção (DIU de cobre e implante subcutâneo) e na prevenção do câncer ginecológico.

Em 2019, para contribuir com o enfrentamento de barreiras organizacionais e individuais para a inserção do método em mulheres que desejam fazer uso, e em fortalecimento as ações de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (SSSR) que é uma das prioridades da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres (PAISM), o programa passou a ser também um centro de capacitação de profissionais de Saúde (médicos e enfermeiros) para a inserção, manejo e retirada do DIU TCU 380A em ambiente ambulatorial.

Com o objetivo de atuar nessa realidade o ambulatório foi transformado em seu modelo de atendimento direcionado à implantação de DIUs de cobre, tanto por médicos quanto por enfermeiras. Reduziu-se o número de consultas de uma média de 05 por paciente para 02 por paciente, uma para coleta do Papanicolau e implantação do DIU e uma de retorno para controle, e se passou a oferecer treinamento desse procedimento para os profissionais (médicos e enfermeiros) da APS dos municípios e outros interessados da rede pública. O agendamento das pacientes se dá através do programa Alô Mãe da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo.

O treinamento dos profissionais (médicos e enfermeiros) conta com um módulo teórico, um módulo de prática simulada em modelos anatômicos e um módulo prático no ambulatório. Esta mudança possibilita que as ações do ambulatório não só tenham um efeito ampliado tanto pelo número de mulheres com o DIU implantado como também pelo número de novos profissionais habilitados no uso do método e que poderão implantar o DIU nas pacientes de suas áreas de abrangência.

O novo serviço iniciou-se em agosto de 2020 e pode já ser considerado um sucesso no atingimento de seus objetivos.

Por se tratar de prestação de serviços, a gratuidade oferecida é contabilmente reconhecida pelo valor efetivamente praticado pela Entidade, caso o serviço fosse cobrado do usuário. A mensuração das gratuidades é feita com base em métodos e critérios aceitáveis, em valores compatíveis aos de mercado, conforme determina a ITG 2002 (R1), itens 10, 13 e 16.

Durante o exercício de 2023 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R\$ 7.544.997,47 (em 2022 R\$ 4.228.357,50) e assim está registrado como se tivesse ocorrido o recebimento e desembolso financeiro.

28. RECURSOS PARA CUSTEIO OPERACIONAL

Se refere ao reembolso do custo operacional feito pelas filiais para manutenção das atividades da Sede Administrativa, abrangendo uma variedade de despesas essenciais, tais como despesas administrativas, infraestrutura tecnológica, recursos humanos e outros custos operacionais. Esses recursos são indispensáveis para garantir o suporte necessário às operações das filiais e o cumprimento das nossas metas e missões institucionais de saúde da sociedade que servimos.

Dentro do nosso modelo organizacional, a Sede Administrativa exerce uma função essencial para a manutenção das nossas operações globais, servindo como ponto central de coordenação para todas as nossas filiais e unidades operacionais. Na Sede Administrativa ocorre o planejamento estratégico, a gestão de recursos humanos, financeiros, jurídicos e tecnológicos, bem como a coordenação de todas as atividades operacionais.

A Sede Administrativa desempenha um papel vital como centro de operações estratégicas em nosso modelo organizacional, sendo sua função essencial para a manutenção e o sucesso das nossas operações globais.

Ao centralizar certas funções e processos na Sede Administrativa, conseguimos alcançar maior eficiência operacional e economia de escala. Isso nos permite alocar recursos de forma mais eficaz e maximizar o impacto dos nossos esforços em toda a Entidade.

No exercício de 2023 o montante de recursos para custeio da Sede Administrativa para o apoio das despesas indiretas nas unidades de saúde gerenciadas pela Entidade foi de R\$ 27.847.083,49 e, em 2022 de R\$ 24.792.468,23.

29. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

30. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**.

31. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R\$ 387.168.739,98 e do ano de 2022 foi de R\$ 342.937.929,05 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	385.722.148,89	340.878.362,77
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	1.446.591,09	2.059.566,28
	387.168.739,98	342.937.929,05
(-) Imunidade Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(385.722.148,89)	(340.878.362,77)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(1.446.591,09)	(2.059.566,28)
	0,00	0,00

32. SERVIÇOS PRÓPRIOS DE SAÚDE

Se refere aos serviços prestados pelo Centro de Diagnósticos por Imagem CEJAM (CDI). O CDI foi constituído em parceria com a Prefeitura de Mogi das Cruzes e com a Santa Casa de Mogi das Cruzes, para atender, através de convênio firmado com a Santa Casa, aos pacientes do município que necessitam realizar exames de ressonância magnética pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No ano de 2023 a receita foi de R\$ 219.642,22 e no ano de 2022 no montante de R\$ 941.567,75.

No exercício de 2023, foram encerradas as atividades do nosso Centro de Diagnóstico por Imagens.

33. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma Entidade sem Fins Lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma Entidade Filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma Entidade Filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a Entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2021, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo

os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2023 foi de R\$ 2.922.810,17 (em 2022 R\$ 2.922.810,17), distribuída da seguinte forma:

RENÚNCIA FISCAL	2023	2022
Cofins	3.687.795,49	2.922.810,17
	3.687.795,49	2.922.810,17

34. SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2023 foi de R\$ 22.998.610,71 e o Superávit do exercício de 2022 foi de R\$ 20.697.869,13, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO	IDENT. CNPJ	2023	2022
Matriz (Mantenedora)	0001	9.473.598,33	23.262.324,64
Organização Social – São Paulo R006/2015	0002	6.830.115,17	(25.173.355,30)
Gestão Saúde – Embu das Artes	0004	-	(3.144.788,61)
Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim	0008	(1.255.312,07)	(11.114.910,98)
Instituto de Responsabilidade Social	0009	(856.382,24)	71.420,26
Organização Social – Mogi das Cruzes 46/2020	0010	(244.232,86)	1.849.856,79
Organização Social – Rio de Janeiro	0011	2.691.634,51	(2.575.587,06)
Organização Social – Arujá	0012	-	150.803,09
Centro de Diagnóstico por Imagem	0013	(1.007.622,66)	(405.822,91)
Organização Social – Carapicuíba	0015	2.153.680,84	(928.820,35)
Gestão Saúde - Campinas	0016	2.592.278,14	211.138,57
Gestão Saúde – Osasco	0017	(101.152,21)	(2.592.471,57)
Organização Social - Cajamar	0018	-	(2.179.710,42)
Organização Social – AME Itú	0020	196.489,03	(100.594,92)
Gestão Saúde – Guarulhos	0021	317.584,42	(45.003,69)
Organização Social – Hosp. Estadual de Francisco Morato	0022	(158.388,64)	(3.247.043,14)
Gestão Saúde - Santos	0023	(1.565.770,66)	(986.630,36)
Organização Social – Hosp. Estadual de Franco da Rocha	0024	912.237,25	1.138.494,52
Organização Social – Hosp. Estadual de Carapicuíba	0025	2.610.197,52	(2.610.354,19)
Organização Social – Maternidade Municipal de Peruíbe	0026	(278.131,61)	433.037,03
Organização Social – AME Carapicuíba	0027	1.123.056,79	(79.338,17)
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Santos	0028	162.640,26	(144.032,21)
Gestão Saúde – Ferraz de Vasconcelos	0029	1.468.656,05	1.224.663,82
Gestão Saúde – Complexo Hospitalar do Mandaqui	0030	-	(3.545.217,65)
Organização Social – São Paulo Parto Seguro	0031	(20.748.251,47)	20.619.974,29
Organização Social – São Paulo Prorehosp	0032	20.524.356,59	24.250.101,69
Organização Social – Mogi das Cruzes 30/2017	0033	-	(677.072,92)
Organização Social – Mogi das Cruzes 67/2020	0034	(1.591.886,32)	251.243,63
Organização Social – Hosp. Estadual de Itapevi	0035	4.316.611,97	(6.152.295,03)
Gestão Saúde – Mat. Leonor Mendes de Barros	0036	1.235.964,24	854.678,46
Organização Social – São Roque	0038	(624.180,30)	2.394.726,40
Organização Social – Rio de Janeiro - Mariska	0039	(2.798.822,79)	11.013.375,93
Gestão Saúde – São Roque	0042	387.661,55	(101.549,54)
Apoio à Gestão de Convênios e Contratos	0044	(2.511.671,11)	(1.223.370,97)
Núcleo Regional do Rio de Janeiro	0045	(229.075,33)	-
Organização Social – Rede Lucy Montoro Pariquera Açu	0048	(27.271,68)	-
		22.998.610,71	20.697.869,13

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.